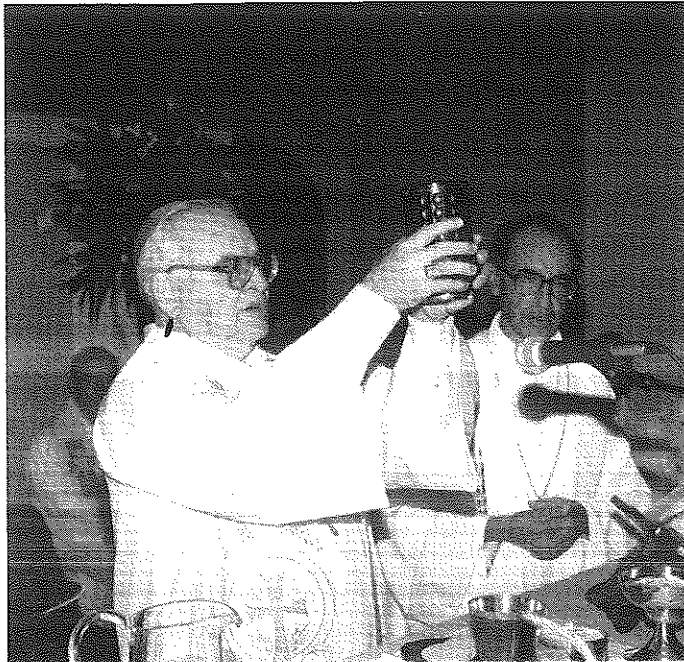


HISTÓRICO DA COMISSÃO NACIONAL DE DIÁLOGO RELIGIOSO CATÓLICO-JUDAICO

APRESENTAÇÃO



***D. PAULO EVARISTO CARDEAL ARNS CELEBRA A
MISSA DE ABERTURA DO ANO LETIVO DE 1995
NA FACULDADE DE TEOLOGIA***

A Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-Judaico criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no dia 27 de fevereiro de 1981, tem como finalidade articular, em nível nacional, o diálogo religioso entre Católicos e Judeus no Brasil. É constituída de pessoas pertencentes às Comunidades Católica e Judaica.

No início de seus trabalhos, a Comissão elaborou, a pedido da CNBB, as "Orientações para os Católicos no relacionamento com os Judeus". Estas foram examinadas pela Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) no dia 26 de outubro de 1993 e publicadas para o conhecimento e uso das Igrejas locais no seu diálogo com a Comunidade Judaica.

A I Conferência Pan-Americana de Relações Católico-Judaicas realizou-se em novembro de 1985, em São Paulo, promovida pelo American Jewish Committee e pela CNBB, tendo como participantes a Comissão Nacional, representantes de diversos países das Américas e observadores da Europa. Como finalização dos seus trabalhos, a Conferência adotou 7 resoluções referentes ao Diálogo entre Católicos e Judeus. Em 1986, a Comissão oferecia ao público brasileiro o "Guia de orientação para o Diálogo Católico-Judaico", publicado na coleção "Estudos da CNBB", nº 46.

O Prêmio Patriarca Abraão foi instituído pela Comissão em 1989. O Cardeal Johannes Willebrands, presidente, na ocasião, da Comissão da Santa Sé para as Relações Religiosas com os Judeus e Dr. Gerhart M. Riegner, presidente do Conselho Diretor do Congresso Judaico Mundial, foram os dois primeiros premiados e da Sra. Jehan Sadat, viúva do presidente egípcio Anwar Sadat, receberam, aqui em São Paulo, o honroso prêmio pelos trabalhos realizados em prol do Diálogo Católico-Judaico em nível internacional.

Em 1990, os 25 anos da Declaração conciliar "Nostra Aetate" foram celebrados em São Paulo, com a participação de membros das duas Comunidades de várias cidades do país e contando com a presença do

Cardeal Edward Cassidy, presidente atual da Comissão da Santa Sé para as Relações Religiosas com os Judeus, vindo expressamente ao Brasil para esta ocasião. O aniversário foi celebrado com um culto inter-religioso e com um dia dedicado ao estudo do documento.

A partir desta data, a Comissão tem procurado formar pequenos núcleos de Judeus e Católicos em várias cidades do Brasil: Manaus, Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. A partir também desta data a Comissão tem promovido, anualmente, as Assembléias gerais contando com a participação de pessoas comprometidas com o Diálogo nestas cidades do país.

Nas assembléias gerais, além do documento "Nostra Aetate", vários temas foram estudados, sempre a partir do ponto de vista judaico e do ponto de vista católico. Assim, em 1991 estudou-se o Preconceito, em 1992, Educação e Diálogo, em 1993, o Fundamentalismo.

Nos dias 23 e 24 de outubro de 1994 foi realizada a V Assembléia geral da Comissão. Na noite do primeiro dia a escritora-jornalista Rachel de Queiroz fez uma conferência sobre a Paz e Diálogo. Na manhã do dia 24, o tema da reflexão foi a Família, analisada em seus aspectos teológicos, éticos, judaicos e cristãos por Miriam Markus, professora de judaísmo em São Paulo e pelo Pe. Beni dos Santos.

Na ocasião, a Comissão celebrou o Acordo Fundamental, assinado no dia 30 de dezembro de 1993, entre os Estados do Vaticano e de Israel. Na comemoração, falou primeiro o embaixador de Israel no Vaticano, Shmuel Hadas, que veio especialmente de Roma para a celebração de paz e falou também dos acordos de Israel com os países vizinhos, o caminho da paz no Oriente Médio. Pelo lado católico falou Dom Alfio Rapisarda, Núncio Apostólico do Vaticano no Brasil. Dom Alfio abordou a história das relações do Vaticano com o Estado de Israel sobre Jerusalém e a importância dos lugares sagrados para as três grandes religiões monoteístas do mundo: Judaísmo, Islamismo e Cristianismo.

Apresentamos aos nossos leitores, os textos dessas Conferências lembrando que o texto de Pe. Beni já foi publicado na Revista de Cultura Teológica, Ano II, Nº 9, p. 91-99. Infelizmente não foi possível conseguir o texto do Sr. Embaixador Shmuel Hadar.

A Redação

BLOCO I

COMISSÃO NACIONAL DE DIÁLOGO RELIGIOSO
CATÓLICO-JUDAICO

HISTÓRICO DO ACORDO ENTRE A SANTA SÉ E O ESTADO DE ISRAEL

Dom Alfio Rapisarda

Após saudar os presentes, S. Excia. Senhor Núncio Apostólico no Brasil, fez a seguinte preleção:

A - Santa Sé

Creio ser necessário deter-me, antes de mais nada, no primeiro sujeito ou protagonista do Acordo: a Santa Sé que tem uma natureza e uma identidade própria e "sui generis".

A Santa Sé não é um Estado; não é, tampouco, o Vaticano e nem se identifica com ele, a não ser de uma maneira muito imprópria.

O Vaticano, ou para ser mais preciso, o Estado da Cidade do Vaticano é meio e instrumento para a independência da Santa Sé; territorialmente, não é extenso (apenas 44 km²) e o Papa Pio XI, sublinhando a particular pequenez e estreiteza de território do Esta-

do, comparou-o ao corpo de São Francisco que era reduzido ao essencial, para poder hospedar a alma, mas mesmo nesta exigüidade territorial existem e prosperam escritórios e atividades próprias de um Estado soberano, autônomo e independente (Ensinamentos de Paulo VI, I-1963, pág. 675-676).

Todos os Estados sabem que o sujeito internacional de direito da delegação e da atividade diplomática não é o Vaticano, como às vezes se fala e também se escreve, mas é a Santa Sé, isto é, o Papa e a Cúria, o Governo central e soberano da Igreja Católica.

A Santa Sé é, portanto, a personificação do governo central da Igreja. Ela é "um organismo completamente especial, pela sua origem, pela sua natureza, e pelos seus fins" (Ensinamentos de Paulo VI, III - 1965, pág. 675).